

João Pessoa - Número Três - Dezembro de 2001

**"Dependência e desenvolvimento
na América Latina",
de Fernando Henrique Cardoso
e Enzo Falleto¹**

Cristiane Pereira de Sousa

*Aluna do Curso de Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)*

"A TEORIA DA DEPENDÊNCIA tem sido muito criticada e ainda mecanizam tudo. Nela, o que eu defendia era o seguinte: você tem fatores universais, mas cuidado, seus efeitos em diferentes sociedades dependem da maneira como internamente nos organizamos para reagir".

Fernando H. Cardoso, revista **Veja**,
10/ set./ 1997.

Intelectual e político, Fernando Henrique Cardoso (1997) elegeu-se presidente da república em 1994, após coordenar, como ministro da fazenda, a elaboração do plano econômico que criou uma nova moeda, o real, e visava pôr fim à inflação.

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, no Rio de Janeiro. Em 1949, começou a estudar sociologia na Universidade de São Paulo (USP), onde, quatro anos depois, passou a lecionar. Indiciado em inquérito policial-militar após o golpe de 1964, exilou-se na Argentina e no Chile. Trabalhou como professor da Faculdade de Ciências Sociais de Santiago, no Chile, e foi nomeado diretor-adjunto do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social. Em 1967, mudou-se para a França. Lecionou na Universidade de Nanterre até 1968, quando voltou ao Brasil e assumiu o cargo de professor de Ciências Políticas da USP. No ano seguinte, ajudou a fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), mas, com o Ato Institucional n. 5, teve seus direitos políticos cassados. Exilado novamente, passou a lecionar em universidades americanas. Ainda dirigiu a Cebrap de 1980 a 1982 e foi o responsável pela elaboração do plano econômico que criou o real, mas deixou a pasta para candidatar-se à presidência.

Como sociólogo, estudou a evolução social da América Latina e analisou os aspectos da dependência dos países subdesenvolvidos no sistema internacional de produção e comércio.

Dada esta breve biografia inicial, trataremos agora do objetivo real deste trabalho, que é o de fazer uma análise da obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, **Dependência e desenvolvimento na América Latina**.

A Teoria da Dependência é uma matriz intelectual neomarxista que surgiu na Ciência Social latino-americana em fins dos anos 60.

Segundo Allan G. Johnson, *"a Teoria da Dependência é um conceito usado para explicar a incapacidade de países do terceiro Mundo (não industrializados) de se desenvolverem economicamente, a despeito de investimentos de países industriais. Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra mundial, acreditava-se, nos países*

capitalistas industriais, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, que o elemento decisivo para o desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo era a modernização, a infusão de tecnologia, a educação formal e valores modernos, tais como ênfase em planejamento a longo prazo e abertura à inovação e à mudança" (Johnson, 1997).

Os teóricos da dependência, viam desenvolvimento e subdesenvolvimento como posições funcionais dentro da economia mundial, em vez de estágios ao longo de uma escala de evolução.

Fernando Henrique Cardoso desenvolveu essa teoria com uma linha estruturalista mais moderada, reformista, liderada por Furtado e o chileno Oswaldo Sunkel.

Ao analisar a obra de Cardoso e Falleto (1970), Hélio Jaguaribe (1996) diz que *"foi principalmente uma tipologia germinal de autonomia vis-à-vis a economia de exportação e as multinacionais, em vários contextos nacionais, Cardoso enfatizou a dialética entre forças de mercado, estruturas de classe e tradições políticas nacionais. Mas o resultado final de sua reformulação penetrante da teoria da dependência foi confundir-lhe os contornos como hipótese causal, o que se ganhou no sentido do contexto foi perdido em poder explanatório".*

Weffort também foi um dos teóricos da dependência, ele fala que *"as idéias sobre a dependência constituíram-se, por certo, num fermento intelectual na medida em que, afirmando a especificidade da formação histórica latino-americana, em contraste com a formação dos países centrais, questionaram de maneira mais ou menos global o que se tinha por estabelecido nas teorias convencionais do desenvolvimento capitalista" (1971: 4). Conceitua 'noção de dependência', "entendida em um sentido global como indicando a especificidade estrutural dos países latino-americanos" (1971: 7). A noção de dependência, para ele ainda oscila entre o 'approach nacional' e o 'approach de classe', do ponto de vista teórico, tendendo os teóricos da dependência para o segundo (Weffort, 1971).*

Na opinião de outro teórico, Celso Furtado, *"o processo de desenvolvimento se realiza através de combinação de novos fatores existentes, ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas" (1961: 90). E assim, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O Fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diversos estágios (1961: 191).*

Sobre a obra em questão, Cardoso e Falleto escreveram-na em Santiago entre 1966 e 1967 e que, segundo os autores *"o trabalho visava estabelecer um diálogo com os economistas sobre o desenvolvimento da América Latina, para salientar a natureza social e política daquele processo (...), o problema consistia exatamente em mostrar de forma mais direta e específica como se dá esta relação e que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos" (1970: 7).*

O livro, pois, tem por objetivo *"esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania " (1970: 7)*

São muitas as questões relevantes no texto, sobre a dependência e

desenvolvimento, e que, se começou a observar após a Segunda Guerra Mundial, que alguns países passaram por transformações em vários setores e começaram a crescer e se desenvolver, conquistando certa autonomia, ou seja, produzindo seus bens de capital. Países como a Argentina, México, Chile, Colômbia e Brasil, a partir da década de 50, conseguiram espaço para se desenvolver nessa nova etapa de produção.

O desenvolvimento é, em si mesmo, *"um processo social, mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes"* (1970: 16).

Percebemos vários conceitos que são essenciais. As sociedades latino-americanas eram conhecidas antes como "sociedades tradicionais" mas que com o desenvolvimento foram chamadas de "sociedades modernas". Estas conceituações se construíram a partir de observações feitas àquelas sociedades onde não se percebia nenhum tipo de processo, ou seja, as que estão em desenvolvimento. Então alguns setores se desenvolviam, e outros permaneciam como estavam, é quando os autores comparam com a classificação de Tönnies "comunidade-sociedade".

Desenvolvimento nesse sentido pode ser considerado *"como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio"* (1970: 22).

Mas, para que as sociedades alcancem determinadas posições, é necessário que elas passem por vários estágios, ou seja, analisando seus sistemas econômicos e políticos das sociedades subdesenvolvidas, como também, suas relações com as desenvolvidas e destas com as periféricas e centrais. Faz-se necessário distinguir as sociedades subdesenvolvidas das "sem desenvolvimento", em que a primeira mantém relações de mercado com os países industrializados, presentes também, vários outros fatores que contribuem para que sejam subdesenvolvidas desde o processo histórico da expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial e que, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Tendo, pois, outros fatores, como a função e a posição de tais sociedades na estrutura de produção definindo relações de dominação.

E assim, entende-se por países subdesenvolvidos os que dependem financeiramente de outros, há predominância do setor primário e o mercado externo sobressai ao interno. Ficando entendido que os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos se encontram numa mesma estrutura de posição global, mudando sim, a função e a posição. Sendo pois, que "a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico", a noção de subdesenvolvimento *"caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo"*. E as noções de *"centro e periferia, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência"* (1970: 27).

Faz-se necessário, descrever todo o processo de desenvolvimento dos países da América Latina, os estágios por que passaram, suas condições e participação no processo produtivo, partido do estudo das situações históricas, ou seja, a partir do modo como se constituiu o 'mundo periférico' dentro do sistema colonial de produção e dominação, dividindo em três formas de relações: as colônias de população, as colônias de exploração e as reservas territoriais praticamente inexploradas.

Inicialmente, os Estados Latino-americanos, conseguem se desenvolver,

estabelecendo uma participação no processo produtivo, conseguindo também, controle institucional para assegurá-la. Então para se explicar o desenvolvimento é preciso superar a idéia de que o sistema produtivo podia assegurar a transformação automática do sistema de poder, dando lugar a democratização das estruturas sociais, e assim, a partir da união dos dois sistemas, econômico e o de poder, haver o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Com ruptura do pacto social e os Estados nacionais formados, surgiu uma nova maneira de organização da economia e da sociedade latino-americana, e assim, os grupos que mantinham o controle da economia tiveram que assegurar e se relacionar tanto com as vinculações externas, como também com as oligarquias locais que não estavam integrados nesse sistema financeiro.

Para que os países latino-americanos chegassem a determinada posição dentro desse processo econômico muitas lutas se travaram entre grupos, caracterizando como cita o autor de "período anárquico", e assim, esses grupos que conseguem certa dependência voltaram a se relacionar com o mercado mundial e com os outros grupos, constituindo assim, uma primeira etapa de dependência e subdesenvolvimento.

Os Estados hegemônicos, pois, mantinham relação com os países considerados periféricos, por dependerem de matéria prima, ou seja, dos produtos primários desses países. Com relação à América Latina esse capitalismo europeu se caracterizou como comercial e financeiro, conseguindo, os Estados hegemônicos, controlar toda a comercialização da periferia.

Com o pacto colonial, houve o fortalecimento dos produtores nacionais, sendo que tal fortalecimento, só seria possível se tais grupos fizessem uma aliança com as oligarquias locais.

E assim, a economia dos países latino-americanos, conseguiu através da produção das atividades primárias se incorporar ao mercado mundial, ou seja, a formação de enlaces nas economias desses países, em consequência de uma certa deficiência dos setores econômicos nacionais, fez com que se desarticulassem. Por outro lado, em alguns países o processo de formação dos enclaves se ligou as economias centrais.

Percebe-se, pois, nas situações de enclaves dois tipos: "o enclave mineiro" e o "enclave agrícola". No primeiro, há grande concentração da mão-de-obra, deixando para segundo plano a concentração de capital, ocorrendo o oposto com o segundo enclave. Sendo que *"em ambos os casos o enclave apresenta certa tendência a um baixo nível de distribuição de renda do ponto de vista da economia nacional"* (1970: 48).

E seguindo esta linha, o processo de enclave das economias latino-americanas, seguiam, por um lado, a existência de um grupo exportador que perdeu o controle e integra-se ao mercado mundial através do enclave, e por outro, o desenvolvimento de produção para a exportação foi o resultado para a formação de enclaves.

Em seguida, vê-se como se deu o momento de transição das economias latino-americanas, em que os países conseguiram crescer devido o aumento da demanda externa, mudando a estrutura dessas sociedades. E com isso, foi-se desenvolvendo uma economia urbano-industrial, ocorrendo diversos movimentos sociais e também o aumento dos grupos vinculados ao processo produtivo.

Por período de transição, entender-se-á *"o processo histórico-estrutural em virtude*

do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comesçassem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tonaram possível o sistema exportador, também os setores sociais chamados médios" (1970: 53). Então os grupos que controlavam a economia entraram em acordo com os setores de enclave. E assim, eles passaram de comuns produtores para grandes donos de empresas estrangeiras, tendo tudo isso influenciado os países da América Latina para o crescimento da economia, dando impulso a economia externa, a partir do mercado interno.

E assim, o que aconteceu com a economia dos países da América Latina, foi que a produção externa incentivou a produção interna, ou seja, os países centrais apoiaram os países da periferia, e isso se deu devido vários fatores, inclusive por causa da guerra, tendo a crise econômica mundial sido importante para a economia latino-americana, em que, o sistema de dominação colonial se deteriorou antes dessa crise mundial, formando a reorganização do sistema político-mundial.

Surgiu uma nova forma de se perceber as alianças políticas e como ocorre o relacionamento da crise político-social interna e a crise da economia mundial.

Então o setor capitalista teve que se integrar com os proprietários, como também, estabeleceu relações com o exterior, constituindo uma "burguesia de expansão nacional". Como também, esse sistema de alianças políticas dão origem as possibilidades na fase de transição, sendo que, a crise nesses sistemas políticos variam, tanto por causa das *"modalidades particulares de dominação que se consolidavam para dar lugar ao sistema exportador e à diferenciação do sistema produtivo nacional"* (1970: 56). Há, pois, um processo de dominação, que, por um lado, os setores "comercial exportadores", formam o sistema financeiro, e por outro, não conseguiu obter uma "unidade de classe" para que o setor dominante se mostrasse como representante do sistema de dominação.

Observa-se, pois, algumas questões de âmbito econômico que dizem respeito a formação de novos grupos sociais com relação as formas de dominação, elas são: o sistema exportador que foi "monoprodutor", deu possibilidade para a criação de setores de produção para o mercado interno, diversificando-se.

Foram vários os fatores que contribuíram para que o grupo dominante conseguisse controlar o sistema produtivo nacional, impondo a monoprodução, ficando claro que o grupo agro-exportador, tentava de uma maneira aparente ou não, impor uma forma monopolista de controle, impondo o regime de monoprodução. E aí, as economias exportadoras diversificadas facilitaram a formação de setores produtivos orientados para o mercado interno.

Houve, pois, todo um desenvolvimento que afetou a "fazenda" , termo usado pelos autores para designar unidades econômicas, que possuem seus próprios recursos para se abastecerem. Ocorrendo, também, que o mercado dos centros urbanos se ampliam, surgindo com o desenvolvimento de mercado interno novos grupos sociais, como também, os primeiros núcleos industriais, constituindo em consequência da expansão do setor exportador, os grupos urbano-industriais.

E assim, o tipo de transição ocorreu de formas diversas em vários países. Na Argentina, *"o desenvolvimento do setor agro-exportador significou por um lado, uma certa diferenciação da economia nacional e muito especialmente estimulou a formação de setores médios (...) e, por outro lado, possibilitou uma nítida relação de subordinação das atividades econômicas preexistentes ao setor agro-exportador, em particular a burguesia de caráter local e grupos de proprietários de latifúndios de baixa produtividade"* (1970: 61).

A fase de transição no Brasil se dá devido a ineficiente estrutura de classe social, sendo que, a economia exportadora tem repercussões políticas nacionais, devido o processo de abolição da escravatura, e logo depois a derrubada do Império, e assim, muitos outros acontecimentos marcaram esse momento de transição no país, no setor econômico, a economia urbana intensifica-se com a Primeira Guerra Mundial e a *"antiga aliança oligárquico-capitalista (...) foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova classe média e os setores operários populares"* (1970: 67).

No Uruguai a economia era voltada para a exportação, havendo dois grupos que controlavam a economia: os pecuaristas e os comerciantes. Há também os partidos tradicionais: Blancos, onde há maior número de pecuaristas do que de comerciantes, e o outro é o Colorado, em que há a inversão, sendo que *"ambos os partidos estão constituídos geralmente por grupos similares, mas diferenciam-se entre si pelo peso que corresponde a cada grupo. Inclusive a preponderante orientação dos Blancos para o interior e dos Colorados para o exterior"* (1970: 67).

Na Colômbia, observa-se o "bipartidarismo", ou seja, há uma constante divergência entre os dois grupos da classe dominante, de um lado, os grupos comerciais e exportadores, e do outro, os agricultores. Ocorrendo, assim, que *"o desenvolvimento produziu-se sob a direção e pelo impulso predominante do setores burgueses que controlou a frente nacional"* (1970: 71).

Já nos países de economia de enclave, o momento de transição ocorreu de forma diferente, pois se deu de acordo com a estrutura produtiva de cada país. Forma-se assim, núcleos de concentração operária ou camponesa que se mostram mais fortes quanto ao impulso reivindicatório.

Houve também, o desenvolvimento da economia interna, acarretando uma complexidade no processo de divisão social do trabalho, havendo também, a formação de setores populares urbanos. Ocorrendo, por fim, que os grupos latifundiários tinham o poder de, a partir da atividade econômica, fazer com que ocorresse uma exploração agrária, que romperia o sistema da fazenda sem que necessariamente se constituísse uma economia urbano-industrial.

Sendo, pois, que países como o México, Bolívia e Venezuela, a classe média só adquiriu espaço no exercício do poder, quando deu o golpe revolucionário tendo o apoio das massas camponesas e populares. No México, a exploração mineira era a base do desenvolvimento que estavam em mãos de capitais estrangeiros, então, a classe média, após conseguir a "não-reeleição e sufrágio político" impõe uma aliança de igualdade com os fazendeiros, que manteve-se até a crise de 29.

Na Bolívia, formam-se, por motivo de descontentamento com a dominação oligárquica, vários grupos, aliando-se aos mineiros de estanho, formando o Movimento Nacionalista revolucionário (MNR).

Na Venezuela, constituiu-se um regime militar, devido a luta entre oligarquias, e com o desenvolvimento urbano, a formação de uma classe média possibilitou que o enclave petrolífero constituísse concentrações operárias importantes.

No Chile, o controle do Estado se concentrava nas mãos da oligarquia e de uma burguesia mercantil financeira e que agregou-se ao enclave como sócio menor.

No caso do Peru, além dos fazendeiros tradicionais, constituiu-se uma burguesia

mercantil-financeira, criando um sistema de dominação, e os setores médios passam a ter menor força e passam a se relacionar com o grupo moderno ou com o mais tradicional. Então, a classe "aprista" com receio de perder o apoio popular, busca se aliar a classe dos "odriistas" que estão com melhores condições dentro do poder tradicional.

No que diz respeito a América central, ocorreu a transformação de uma oligarquia agrária e um grupo agrário exportador. Com a independência, a economia centro-americana de exportação necessitou de produtos coloniais, como os Colorantes, sendo também, que os latifundiários mantinham explorações do tipo da "fazenda". Vindo depois o ciclo do café, que possibilitou aos latifundiários estabelecer condições de exploração desse produto.

Então, *"os países com predomínio de uma economia de enclave tem um mercado interno incipiente"* (1970: 88). Somente em dois casos percebe-se a preocupação em ampliar o mercado interno, no Chile, onde o setor externo se impôs quando já existia o setor mercantil-financeiro, e em países como o México ou Venezuela que criaram uma economia nacional.

Nesses países *"a crise da economia mundial afetou diretamente o setor moderno, isto é, o enclave, sem chegar a ameaçar as bases da dominação oligárquica na fazenda tradicional, que constituía seu fundamento econômico"*.

No período de transição na América Latina, a característica pode ser definida *"pela presença cada vez mais importante e pela participação crescente das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação"* (1970: 91).

Todo o jogo político-social que se deu na fase da industrialização consistia, assim, nos acordos e alianças que as forças sociais possam constituir, o que expressam o novo equilíbrio de poder.

Vários fatores contribuem para caracterizar a consolidação do mercado interno, predominando dois tipos de orientação, uma que tende para o "distributivismo" social e econômico, e a outra manifesta os interesses dos novos setores. Estabelece-se pois, uma conexão que dá sentido ao "populismo desenvolvimentista, existindo vários interesses contraditórios.

As relações entre as burguesias industriais e o Estado aparecem de maneira típica nos diferentes países, desta maneira: *"industrialização liberal, orientada e conduzida diretamente pelos setores empresariais privados; industrialização nacional-populista, orientada por uma vontade política e industrialização orientada por um Estado desenvolvimentista"* (1970: 96).

Quanto ao modelo de desenvolvimento do Brasil, observa-se que no período da expansão para fora não houve a consolidação do setor empresverdana hegemônico para neutralizar o poder dos setores agrotradicionais. No Brasil, *"o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas, mobilizadas pela industrialização"* (1970: 103), ou seja, o populismo voltou a se constituir na linha política do estado, depois da consolidação do desenvolvimento, baseado no predomínio da empresa privada, nacional e estrangeira.

No caso do México, o Estado iniciou lá, a industrialização com apoio popular, como também desenvolveu a estrutura básica e assegurou as melhores condições de mercado, incentivando a produção no país, investindo ainda, na melhoria da produtividade agrícola.

Por fim, o marco fundamental da situação de desenvolvimento, "*radica precisamente em que a integração ao mercado mundial de economias industrial-periféricas assume significados distintos daqueles assumidos pela integração ao mercado internacional por parte das economias agro-exportadoras*" (1970: 125). E assim, a relação das economias periféricas ao mercado interno se faz através das ligações entre o centro e a periferia, não se limitando somente ao sistema de importações-exportações.

Com relação as economias formadas através dos enclaves, há uma nova forma de dependência, ocorrendo uma diferença na relação entre as economias periféricas industrializadas e o mercado mundial.

No caso da América Latina, ao tentar se inserir na era da produção relativamente moderna, alguns países alcançaram a intensificação do processo de industrialização, mas com conseqüências restritas quanto à autonomia do sistema econômico nacional.

Portanto, estes foram os processos pelos quais passaram os países da América Latina, presentes na obra de Cardoso e Falleto, para chegarem a uma certa dependência e desenvolvimento, passando por momentos de transição em seus vários aspectos: econômicos, políticos, sociais, históricos. Os vários conceitos como o de centro, periferia, mostrando na América Latina a relação das classes com o Estado e o sistema produtivo, e questões sobre o populismo e o nacionalismo que foram perdendo substância e redefinindo-se em função do caráter da dependência.

Bibliografia

- CARDOSO, F.H. & FALLETO E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- DICIONÁRIO do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- JONHSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro/ São Paulo: Encyclopédia Britannica do Brasil Publicações, 1997.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- WEFFORT, Francisco C. "*Notas sobre a Teoria da Dependência : teoria de classe ou ideologia nacional*". **Estudos**, n . 1, 1971, pp. 1-24 .

Nota

1) Monografia de conclusão da disciplina "Sociologia Brasileira", ministrada pelo Prof. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, no Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa), no período letivo 2000.2.